


Agremiação nacional e conflitos oligárquicos: formação, atividade eleitoral e dissolução do diretório paranaense do Partido Republicano Conservador (1915-1918)

National party and oligarchical conflicts: formation, electoral action and extinction of the political committee of Conservative Republican Party in the State of Paraná (1915-1918)

Sandro Aramis Richter Gomes

 <https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>
Universidade Federal do Paraná

Resumo: Neste artigo desenvolve-se uma investigação sobre os processos de formação e extinção do diretório paranaense do Partido Republicano Conservador (PRC). Esses processos ocorreram entre os anos de 1915 e 1918. O objetivo desta análise é produzir conhecimento acerca da organização interna e da ação eleitoral dos partidos nacionais que existiram no Brasil ao tempo da Primeira República. Há três argumentos sustentados neste trabalho. Primeiro, é evidenciado que a criação do referido diretório foi decorrente da abertura de uma dissidência no partido governista do Paraná. Nesse estado, portanto, o PRC pertenceu ao campo da oposição. Segundo, cumpre ressaltar que o diretório paranaense do PRC conseguiu recrutar correligionários em municípios do interior do estado. Todavia, esses filiados eram eleitoralmente pouco competitivos. Terceiro, trata-se de destacar que o fraco desempenho eleitoral e as rivalidades entre dirigentes levaram o diretório a se dissolver. Por consequência, uma parcela dos filiados do PRC paranaense retornou ao partido situacionista do estado.

Palavras-chave: Estado do Paraná. Oligarquias. Partidos políticos. Primeira República.

Abstract: This article analyzes the processes of formation and extinction of the political committee of the Conservative Republican Party (PRC) in the State of Paraná. These processes took place between the years 1915 to 1918. The purpose of this article is to produce knowledge about the internal organization and the electoral action of the national parties that existed in Brazil at the time of the First Republic. There are three arguments presented in this work. First, evidenced is given the creation of this committee was due to the opening of a dissent in the ruling party of Paraná. In this state, therefore, the PRC was an oppositionist. Second, evidenced is show that the leaders of the PRC of Paraná managed to recruit supporters in municipalities in the interior of the state. However, these affiliates were electorally uncompetitive. Third, the disputes between leaders and the poor electoral performance led the political committee to dissolve. As a result, some members of the PRC returned to the governing party of Paraná.

Keywords: State of Paraná. Oligarchies. Political parties. First Republic.

Introdução

Neste artigo realiza-se um estudo sobre os processos de formação e dissolução do diretório paranaense do Partido Republicano Conservador (PRC). Tais processos ocorreram entre os anos de 1915 e 1918. A finalidade deste trabalho é avançar na compreensão da organização interna e do desempenho eleitoral dos partidos nacionais que surgiram no contexto da Primeira República. A investigação aqui desenvolvida também identifica os fatores políticos que levaram membros de elites regionais a promover a interiorização de um partido nacional.

Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, compete reconhecer que a instalação de um diretório do PRC no Paraná foi derivada de uma dissidência aberta no partido



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

situacionista que atuava nesse estado. A fundação de tal diretório possibilitou que egressos do grupo governista permanecessem politicamente ativos. Segundo, é demonstrado que o PRC recrutou apoiadores em municípios do interior. No entanto, esses apoiadores eram eleitoralmente fracos. O referido partido não formou uma consistente base eleitoral em pequenas cidades. Terceiro, compete destacar que os embates entre os dirigentes locais da grei motivaram a extinção do diretório regional do PRC. Trata-se de evidenciar que os fatores que ocasionaram a dissolução de tal diretório eram análogos aos fatores que levaram outros partidos oposicionistas do Paraná a se extinguirem.

Há recentes avanços nos estudos referentes à vida política brasileira da época da Primeira República. Um deles diz respeito à análise da competição eleitoral nos estados. Tal linha de abordagem possibilita reconhecer as diferenças regionais quanto à capacidade de as oposições formarem uma sólida base eleitoral e assegurarem uma presença nas esferas do Poder Legislativo. Essa vertente de investigação também possibilita o conhecimento das circunstâncias que determinavam a formação e a desagregação das frentes políticas que se voltaram a combater as agremiações situacionistas. Em síntese, os estudos históricos têm conferido atenção às características da polarização política nos estados durante as primeiras quatro décadas republicanas (ARRUDA, 2015; RICCI e ZULINI, 2014; RIBEIRO, 2019; SACCOL, 2018).

Outro avanço contemporâneo nas análises políticas sobre a Primeira República deriva do estudo de trajetórias individuais. De um lado, tal linha de investigação contribui para o entendimento das condições de ingresso e ascensão de lideranças na cena partidária dos estados. De outro lado, ela é operacional para identificar as circunstâncias que provocavam o declínio de antigas lideranças políticas. Assim, tais estudos contribuem para a compreensão dos processos de renovação do rol de chefes partidários dos estados e das celeumas políticas que antecediam essa renovação (MARTINY, 2018; VANALI, 2017; ZACARIAS, 2017).

De outra parte, há três elementos dos estudos sobre a história política da Primeira República que permanecem em estágio incipiente. Um elemento diz respeito à análise da organização interna dos partidos estaduais e nacionais. É pouco frequente a produção de estudos destinados à análise da composição dos diretórios, das formas de recrutamento de correligionários e do malogro dos projetos de manter um partido minoritário em funcionamento. Os escassos partidos nacionais criados nesse contexto permanecem como elementos periféricos das análises políticas. É atípico o aparecimento de estudos dedicados a tais agremiações (WITTER, 1987). Em geral, as informações atinentes a esses partidos estão contidas em estudos de trajetórias individuais (DEVINCENZI, 2018) e em análises do modelo político instituído no Brasil após a queda do Império (LYNCH, 2014).

O segundo elemento pouco desenvolvido consiste na análise de resultados eleitorais. A historiografia se ressentida da falta de estudos que evidenciem as flutuações no desempenho eleitoral de agremiações minoritárias criadas ao tempo da Primeira República (NOLL e TRINDADE, 2004). Tal situação impõe limitações para o comparativo referente à força eleitoral das oposições estaduais. De fato, há trabalhos dedicados à análise da participação de oposicionistas em pleitos para a Câmara dos Deputados (FONSECA, 2017; ZULINI, 2016). Entretanto, permanece pouco desenvolvida a investigação acerca do desempenho de partidos de oposição em eleições para as instâncias locais do Poder Legislativo. Tal investigação possibilita conhecer o grau de competitividade eleitoral de chefes políticos municipais que se apresentavam como contendores do situacionismo.

A terceira limitação é referente à análise da base de apoiadores dos partidos nacionais em cidades do interior no contexto dos anos 1910. A realização dessa abordagem propicia o conhecimento do grau de autonomia das elites regionais para executarem o projeto de organizar diretórios municipais de uma agremiação nacional. Essa linha de investigação também favorece o entendimento dos fatores responsáveis pela longevidade e pela extinção dos diretórios estaduais de partidos como o PRC.

Nesse quadro, o presente artigo se volta à tarefa de produzir conhecimento acerca dos fatores que ocasionaram a baixa competitividade eleitoral e os conflitos entre dirigentes do PRC paranaense. A análise aqui empreendida se atém ao caso de um projeto malogrado de interiorização de um partido nacional. Portanto, compete evidenciar a convergência quanto aos perfis sociais e aos padrões de carreiras políticas dos indivíduos que participaram desse projeto. Ao mesmo tempo, trata-se de reconhecer as aproximações e diferenças quanto aos percursos desses indivíduos nos anos seguintes ao encerramento das atividades do diretório paranaense do PRC. O estudo desses percursos é crucial para identificar os modos de cooptação de opositoristas pelo partido dominante. Essa investigação também permite reconhecer as formas de ação política dos correligionários locais do PRC que permaneceram no campo da oposição.

A execução deste artigo é realizada por meio de métodos de análise inspirados na prosopografia (CHARLE, 2006; STONE, 2011). A partir da reunião massiva de informações acerca dos perfis sociais e das carreiras políticas de membros do PRC do Paraná, cabe evidenciar aproximações entre tais indivíduos no que concerne aos seus movimentos na cena partidária estadual.¹ Convém salientar analogias entre esses indivíduos no que respeita aos fatores de sua migração para o campo opositorista e às circunstâncias responsáveis pelos seus insucessos eleitorais. O método prosopográfico também é adequado para a investigação das analogias entre esses correligionários no que tange às oportunidades políticas que obtiveram nos anos seguintes à dissolução do diretório paranaense do PRC. Para tanto, compete analisar a posição que eles ocuparam no quadro partidário regional nos anos finais da Primeira República.

O PRC no contexto político paranaense dos anos 1910

A análise da fundação de um diretório do PRC no Paraná exige, inicialmente, a apresentação de um panorama da vida política regional de meados dos anos 1910. Nesse âmbito, cumpre sustentar quatro afirmações. Primeiro, trata-se de mencionar que o PRC paranaense não foi implantado na época da criação do diretório nacional dessa grei. A gênese de tal partido data de novembro de 1910 (*Gazeta de Notícias*, 22 nov. 1910, p.). Ele foi instituído para congregar apoiadores do marechal Hermes da Fonseca, então presidente da República. Portanto, essa agremiação surgiu na condição de partido situacionista.

O primeiro presidente nacional da grei foi o jornalista Quintino Bocaiúva (1836-1912), ex-senador pelo Estado do Rio de Janeiro. No entanto, o principal mentor dos movimentos do PRC no jogo eleitoral era o senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), do Rio Grande do Sul. Esse parlamentar teve grande projeção na cena política nacional ao tempo em que Hermes da Fonseca exerceu o cargo de presidente da República (1910-1914) (BORGES, 2004).

A segunda afirmação desta seção reconhece que, na história política da Primeira República, o início dos anos 1910 foi uma época marcada pela coexistência de dois partidos nacionais. Tais agremiações eram o PRC e o Partido Republicano Liberal (PRL), o qual surgiu para sustentar a candidatura do senador baiano Rui Barbosa à Presidência da República, em 1914 (LYNCH, 2014). O fato de essa candidatura não ter se concretizado enfraqueceu politicamente o partido. Por consequência, os seus diretórios estaduais se desorganizaram. Em 1916, essa agremiação já estava extinta (*Jornal do Brasil*, 7 jan. 1916, p. 9).

O PRC, por sua vez, permaneceu em atividade até o ano de 1930 (DEVINCENZI, 2018). Porém, a morte de Pinheiro Machado, em 1915, provocou o declínio da força política dessa agremiação. O desaparecimento do principal líder do PRC interferiu nas relações entre os chefes regionais do partido. Essas relações se tornaram menos consistentes. A partir do desaparecimento do ex-senador, o PRC se tornou uma agremiação eleitoralmente pouco competitiva. (ABREU,

¹ As fontes utilizadas neste artigo consistem em anais parlamentares, bem como em jornais de circulação regional e nacional. Tais fontes estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional: memoria.bn.br.

2015). Em síntese, uma semelhança entre o PRC e o PRL reside no fato de que os seus líderes estaduais não mantiveram entre si duradoura aliança política.

Trata-se, pois, de fundamentar a terceira afirmação desta seção. Tal afirmação ressalta que houve diferenças quanto aos processos de estruturação do PRC nos estados. Para corroborar tal assertiva, é necessário destacar que, em 1911, havia um político paranaense que era membro do diretório nacional do PRC. Esse político era o senador Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940) (*Gazeta de Notícias*, 10 jan. 1911, p. 2). Nesse contexto, tal parlamentar integrava o rol de apoiadores da agremiação governista do Paraná, a qual era denominada de Partido Republicano Paranaense (PRP). O fato de pertencer ao PRC não impediu Guimarães de participar de deliberações no diretório central do PRP. No início dos anos 1910, ele era um dos responsáveis por escolher os candidatos do PRP nas disputas para cargos dos poderes Executivo e Legislativo (*A REPÚBLICA*, 28 jul. 1911, p. 1).

Nesse âmbito, cumpre salientar que houve membros do PRC que foram inseridos nas chapas de candidatos do PRP. Assim, o aparecimento do PRC não se tornou uma ameaça aos projetos eleitorais da agremiação dominante do Paraná.² Os correligionários de Pinheiro Machado no Paraná eram defensores dos candidatos oriundos do PRP. Tais defensores não se mobilizaram para promover rápida expansão dos diretórios locais do PRC. Em última análise, o contexto da fundação do diretório nacional do PRC não foi marcado por relevante cooptação de governistas paranaenses a esse partido. Conforme evidenciado no decorrer deste artigo, tal cooptação se tornou mais acentuada no ano de 1915.

Houve estados em que a criação de diretórios do PRC ocorreu de modo célere. Nos primeiros meses de 1911, surgiram unidades administrativas desse partido em distintas regiões do país. Ou seja, essa agremiação possuía correligionários suficientemente organizados para executar de forma imediata o projeto de expansão de diretórios. As primeiras unidades regionais do PRC foram instituídas nos seguintes estados: Amazonas, Bahia, São Paulo, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (*Gazeta de Notícias*, 17 fev. 1911, p. 4). Em suma, existiram estados em que as agremiações majoritárias passaram a coexistir, desde o início dos anos 1910, com um partido nacional. Todavia, em tais estados o PRC não atingiu a força eleitoral suficiente para suplantar os partidos aos quais os governadores estavam filiados.³

Compete, pois, fundamentar a quarta afirmação desta seção. Tal afirmação salienta que a criação do diretório do PRC paranaense, em 1915, derivou de uma dissidência no âmbito do PRP. Em dezembro de 1914, o citado Manuel de Alencar Guimarães continuava a participar de reuniões na cúpula da agremiação governista. Nessa ocasião, o então senador não conseguiu inserir na chapa do PRP os candidatos de sua preferência ao cargo de deputado federal (GUIMARÃES, 1915). Ele já experimentava, portanto, a redução de sua influência na vida interna do partido situacionista. Em janeiro de 1915, Guimarães criou a Concentração Republicana (CR), a qual era composta por egressos do PRP. Nessa época, esse parlamentar se tornou o principal nome da oposição paranaense (GOULART, 2014).

Quando a CR surgiu, havia outra agremiação oposicionista no estado. Tal agremiação era o PRL. A unidade local dessa grei se cindiu em 1915 e, por consequência, não lançou novas candidaturas. Em tal ano, essa unidade foi desativada (*DIÁRIO DA TARDE*, 12 fev. 1915, p. 2). Nesse contexto, portanto, a curta duração de agremiações oposicionistas e os dissídios entre antagonistas do PRP eram elementos peculiares à vida política estadual. Durante a Primeira República, o Paraná não pertenceu ao conjunto de estados marcados pela existência de partidos

² Em 1913, o agropecuarista Ottoni Ferreira Maciel (1870-1944), residente em Palmeira, já pertencia ao PRC. Ele liderava o partido nesse município (*A REPÚBLICA*, 11 dez. 1913, p. 1). Contudo, naquele ano Maciel foi eleito deputado estadual na chapa do PRP (*A REPÚBLICA*, 10 out. 1913, p. 1).

³ Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista se conservou como a agremiação mais competitiva (CASALECCHI, 1987). No Rio de Janeiro, o Partido Republicano Fluminense não perdeu a sua condição de agremiação dominante (FERREIRA, 1994). Na Bahia, o PRC também não se tornou um partido competitivo (SAMPAIO, 1999).

de oposição bem estruturados e competitivos.⁴

Desde a época da criação da CR, Alencar Guimarães era apoiado por lideranças políticas municipais. Os negociantes João Guilherme Guimarães (1857-1927) e Lauro do Brasil Loyola (1872-1950) eram personagens da vida partidária dos municípios de Paranaguá e Antonina, respectivamente. Eles participaram do projeto de instituir a CR. Por outro lado, Alencar Guimarães não contou com o apoio de Pinheiro Machado. Esse senador se manteve neutro na contenda entre o PRP e a CR (A REPÚBLICA, 21 jan. 1915, p. 2).

Em suma, nota-se que a passagem do PRC paranaense para a oposição decorreu de um conflito entre próceres governistas por causa de divergências quanto ao controle da indicação de candidaturas. Esses conflitos levaram os dissidentes a constituir uma frente de opositoristas com a finalidade de apoiar os candidatos preteridos pelo PRP. Tal situação não era incomum. A historiografia tem enfatizado que a competição eleitoral na Primeira República consistia em um conflito entre membros de elites. Em boa medida, os candidatos preteridos das chapas oficiais eram os personagens responsáveis pelo aparecimento de novos partidos, bem como pelo lançamento das candidaturas avulsas. Dessa forma, os governistas decaídos proporcionavam a existência de embates eleitorais nos estados (SOARES e VISCARDI, 2018).

O aparecimento do PRC no Paraná não foi derivado de um longo planejamento. Ao contrário, Alencar Guimarães não contou com o apoio do diretório nacional do partido para constituir um grupo de oposição ao PRP. Tais informações evidenciam que, nos anos 1910, houve casos em que a formação de um diretório estadual de partido nacional era uma estratégia para que ex-integrantes do grupo situacionista continuassem integrados ao jogo político de um estado.

Em janeiro de 1915, a CR apresentou as candidaturas do general Alberto Ferreira de Abreu (1853-1934) e do advogado Antônio Augusto de Carvalho Chaves (1875-1949) na disputa pelas quatro vagas da bancada paranaense na Câmara dos Deputados. O fato de o PRP ter lançado chapa incompleta permitiu que Abreu conseguisse um mandato (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1916, v. 2, p. 786). A vitória de tal militar foi o único êxito eleitoral do grupo político que Alencar Guimarães comandou de meados dos anos 1910 ao início dos anos 1920. Compete, pois, reconhecer as características do processo de absorção de correligionários pelo PRC do Paraná. Tal processo foi desencadeado nos meses seguintes à eleição do general Abreu.

Dirigentes e candidatos do PRC paranaense: perfis sociais e carreiras políticas

Há evidências de que a atividade do PRC no campo da oposição paranaense tornou-se mais consistente a partir de agosto de 1915. Nessa oportunidade, a CR foi extinta. Assim, os correligionários de Alencar Guimarães passaram à condição de membros de um partido nacional (DIÁRIO DA TARDE, 9 ago. 1915, p. 1).

Nesse contexto, as lideranças do PRC paranaense se dedicaram à implantação de diretórios no interior do estado (A REPÚBLICA, 6 set. 1915, p. 2). A finalidade dessa implantação era mobilizar os correligionários na eleição para os cargos de presidente e 1º e 2º vice-presidentes do estado. O partido também participou do pleito para a escolha dos trinta deputados do Congresso Legislativo do Paraná. Ambos os pleitos ocorreram no dia 7 de novembro do citado ano. A análise dos perfis políticos e sociais dos candidatos do PRC que disputaram cargos no Poder Executivo requer o estudo das informações inseridas no Quadro 1.

Quadro 1 – Origens da atividade política dos candidatos apresentados pelo Partido Republicano Conservador na eleição para os cargos de presidente, 1º e 2º vice-presidente do Estado do Paraná (1915)

⁴ Nesse âmbito, cumpre destacar o caso do Rio Grande do Sul. No contexto da Primeira República, o Partido Federalista realizou permanente combate ao Partido Republicano Rio-Grandense, a agremiação oficial. Os federalistas conseguiram formar uma base eleitoral (ROUSTON JÚNIOR, 2014). Por consequência, a oposição sul-rio-grandense elegeu candidatos para cargos como o de deputado federal sem a necessidade de os governistas apresentarem chapas incompletas (RIBEIRO, 2019).

Nome	Cargo pleiteado	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Posição no quadro partidário paranaense	Total de nomeações para cargos públicos (1889-1915)	Total de mandatos no Poder Legislativo (1889-1915)	Total de mandatos no Poder Executivo (1889-1915)
Randolfo Pereira de Serzedelo	Presidente do Estado	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	Situação/Oposição	1	1	0
Joaquim Pereira de Macedo	1º vice-presidente	Industrial	Curitiba	Primeiro planalto	Situação	1	3	2
Osório Ribas Guimarães	2º vice-presidente	Eng. Civil	Curitiba	Primeiro planalto	Situação	2	5	0

Fontes: *A Notícia* (PR); *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Comércio* (PR); *Diário do Paraná* (PR); *Gazeta Paranaense* (PR).

Os indivíduos mencionados em tal Quadro pertenciam à cúpula do PRC no Paraná. Eles dividiam com Alencar Guimarães a tarefa de gerir localmente a agremiação. O estudo dos primórdios da atividade política desses dirigentes partidários possibilita a sustentação de duas afirmações. Primeiro, verifica-se que todos os políticos arrolados no Quadro 1 eram veteranos da cena partidária regional. O surgimento do PRC paranaense não estimulou a renovação do rol de lideranças políticas do estado. Ao contrário, essa grei foi comandada por indivíduos cujas parentelas atuavam na vida política paranaense desde a época do Império.

A esse respeito, cumpre mencionar que uma parte dos gestores locais do PRC descendia de antigos chefes locais do Partido Conservador. Alencar Guimarães, Osório Guimarães Ribas e Joaquim de Macedo (1858-1949) pertenceram a essa categoria de gestores do PRC. Tais indivíduos estavam integrados a parentelas que, desde a época do Segundo Reinado, possuíam sólido pertencimento às instituições administrativas e ao quadro partidário do Paraná. Alencar Guimarães provinha de uma família que controlou o Partido Conservador no litoral do Paraná. De sua parte, Osório Guimarães pertencia a uma parentela que comandou essa agremiação em cidades do planalto do estado, como Curitiba e Ponta Grossa. Por fim, Joaquim de Macedo era oriundo de uma família que governou tal partido em municípios do primeiro planalto, a exemplo de Campo Largo, e da região da Serra do Mar, como Porto de Cima (ALVES, 2014; OLIVEIRA, 2001).

Compete ressaltar que o apoio de familiares foi crucial para que Alencar Guimarães deflagrasse o projeto de recrutar novos membros para a oposição. Um dos seus apoiadores era o citado João Guilherme Guimarães, tio paterno do senador. Outro aliado desse parlamentar era o seu irmão Heitor de Alencar Guimarães. Por fim, cumpre mencionar que o citado militar Alberto de Abreu era primo de Manuel de Alencar Guimarães (NEGRÃO, 2004, vol. 3, p. 177). Portanto, a criação da CR e do PRC significou a unidade de uma parentela em torno do projeto de reorganizar o campo oposicionista do estado.

No Paraná, o PRC também contou com a participação de membros da família Xavier da Silva. Convém ressaltar que o agropecuarista Hipólito Xavier da Silva era sobrinho do advogado Francisco Xavier da Silva (1838-1922), o qual exercera quatro mandatos de presidente do Paraná entre os decênios de 1890 a 1910. De modo análogo ao caso dos Guimarães, no interior da família Xavier da Silva havia uma divisão de tarefas políticas. Hipólito Xavier foi o responsável por coordenar a ação eleitoral do partido no terceiro planalto do estado. Francisco Xavier, por sua vez, foi designado pelo PRC para disputar uma vaga no Senado contra um expoente do governismo. Em 1915, esse bacharel obteve um mandato de senador pelo fato de que o candidato vitorioso, o situacionista Ubaldino do Amaral Fontoura (1842-1920), não teve a sua eleição validada pela

Comissão de Verificação de Poderes do Senado Federal (*A República*, 29 jun. 1915, p. 1). No período em tela, os aliados de Alencar Guimarães conseguiram mandatos em virtude de artifícios como a apresentação de chapas incompletas pelo PRP, bem como por meio da depuração (ou *degola*) de seus adversários.

Trata-se, por conseguinte, de fundamentar a segunda afirmação alusiva às informações do Quadro 1. Essa afirmação salienta que, no contexto da fundação do PRC paranaense, uma parte dos seus líderes já possuía experiência em comandar diretórios partidários. Tais líderes estavam familiarizados com tarefas como a montagem de diretórios, o recrutamento de filiados e a organização de campanhas eleitorais. Dessa maneira, uma semelhança entre esses indivíduos consiste no fato de que tiveram algum treinamento na criação e administração de um partido.

Conforme destacado, Alencar Guimarães pertenceu ao diretório nacional do PRC e ao diretório central do PRP. O então senador fez parte da ordem situacionista do Paraná do início dos anos 1890 aos meados dos anos 1910.⁵ Ao mesmo tempo, convém mencionar que Randolpho Pereira de Serzedelo (1862-1919) também exerceu posição central na vida interna de uma agremiação. Ele foi o presidente do Partido Republicano Federal (PRF). Tal agremiação pertenceu ao campo oposicionista do Paraná e funcionou de 1908 a 1909 (DIÁRIO DA TARDE, 31 mai. 1909, p. 1).

Na época de sua fundação, o PRC do Paraná não contava apenas com a presença de indivíduos recém-ingressos no campo da oposição. Conforme demonstrado no Quadro 2, havia oposicionistas históricos que apoiaram a iniciativa de implantar o diretório paranaense dessa agremiação. No quadro de membros do PRC, encontravam-se indivíduos que, havia tempos, estavam envolvidos na tarefa de angariar um eleitorado cativo para contrabalançar o predomínio da agremiação governista.

De outra parte, trata-se de salientar que os novatos eram minoria no grupo dos candidatos apresentados pelo PRC paranaense em 1915. Em boa medida, os apoios obtidos por esse partido no interior do estado eram de políticos que tiveram passagens pela ordem situacionista e almejavam continuar envolvidos no jogo eleitoral. Para a execução dessa análise, cabe dedicar atenção às informações presentes no Quadro 2.

Quadro 2 – Origens da atividade política dos candidatos apresentados pelo Partido Republicano Conservador na eleição para as vagas de deputado estadual do Paraná (1915)

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Posição no quadro partidário paranaense (1889-1915)	Total de nomeações para cargos públicos (1889-1915)	Total de mandatos no Poder Legislativo (1889-1915)	Total de mandatos no Poder Executivo (1889-1915)
Antônio Alves Pires	Agropecuária	Imbituva	Segundo planalto	Situação	1	0	1
Antônio Carlos Cavalcanti de Carvalho	Militar	Curitiba	Primeiro planalto	Sem filiação	0	0	0
Benjamin Américo de Freitas Pessoa	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	Situação	3	9	0
Benjamin Ferreira Leite	Servidor público estadual	Curitiba	Primeiro planalto	Sem filiação	0	0	0
David Antônio da Silva Carneiro	Industrial	Curitiba	Primeiro planalto	Situação	0	1	0
Emílio Ribeiro Gomes	Negociante	Ribeirão Claro	Segundo planalto	Situação	0	1	0

⁵ Apoiado pelos situacionistas, Alencar Guimarães obteve seu primeiro mandato de deputado estadual em 1892. Ele foi o segundo candidato mais votado nessa ocasião (6.898 sufrágios) (*A REPÚBLICA*, 17 fev. 1892, p. 2).

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Posição no quadro partidário paranaense (1889-1915)	Total de nomeações para cargos públicos (1889-1915)	Total de mandatos no Poder Legislativo (1889-1915)	Total de mandatos no Poder Executivo (1889-1915)
Hipólito Xavier da Silva	Agropecuarista	Jaguariaíva	Segundo planalto	Situação	1	1	1
Ismael Alves Pereira Martins	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	Situação	1	0	0
Jaime Domingues Teixeira	Advogado provisionado	Ponta Grossa	Segundo planalto	Situação	1	0	0
João de Menezes Dória	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	Situação/oposição	0	3	1
Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior	Servidor público estadual	Curitiba	Primeiro planalto	Situação	5	1	0
Jorge Hermano Meyer	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	Situação/oposição	0	3	1
José Guilherme de Loyola	Médico	Paranaguá	Litoral	Situação	1	0	0
José Niepce da Silva	Engenheiro Civil	Curitiba	Primeiro planalto	Situação	2	0	0
Luís Napoleão Lopes	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	Sem filiação	0	0	0
Manuel de Alencar Guimarães	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	Situação	2	15	1
Manuel Ignácio de Araújo Pimpão	Agropecuarista	Palmas	Terceiro planalto	Situação	1	1	0
Octaviano de Macedo Ribas	Farmacêutico	Castro	Segundo planalto	Situação	0	1	0
Roberto da Cunha e Silva	Médico	Guarapuava	Terceiro planalto	Sem filiação	0	0	0
Victor Grein	Contabilista	Entre Rios	Terceiro planalto	Sem filiação	0	0	0

Fontes: *A Notícia* (PR); *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Comércio* (PR); *Diário do Paraná* (PR); *Gazeta Paranaense* (PR).

As informações inseridas no Quadro 2 permitem a fundamentação de três constatações. Primeiro, convém salientar que a camada majoritária dos candidatos do PRC a deputado estadual do Paraná era originária do partido governista. Uma parcela desses egressos do situacionismo vivia em cidades do interior. Dessa forma, uma parte desses postulantes era veterana nas lides políticas e migrara para a oposição em conjunto com o senador Alencar Guimarães. O episódio da dissidência aberta no PRP no limiar de 1915 evidencia que esse parlamentar mantinha um séquito de correligionários em pequenos municípios. A fidelidade dos integrantes desse séquito àquele parlamentar permitiu que o PRC constituísse uma incipiente base de apoio nas quatro regiões do Paraná.

O Quadro 2 também demonstra que havia uma semelhança quanto às carreiras políticas dos componentes de tal séquito. Em boa medida, os candidatos a deputado estadual que o PRC selecionou no interior do Paraná tiveram os seus percursos marcados pelo desempenho eventual de mandatos eletivos e cargos comissionados. Esses cargos foram exercidos ao tempo em que

eles, os dissidentes, pertenceram ao PRP. Uma das consequências da adesão ao projeto de criar um partido de oposição consistiu no fim da presença desses correligionários em órgãos do Governo do Estado.

As demissões de aliados de Alencar Guimarães foram iniciadas na época em que o então senador organizou a CR e lançou candidaturas à Câmara dos Deputados. Um dos exonerados era o citado Osório Guimarães. No início de 1915, ele foi destituído do posto de comissário de Terras do Paraná. Outro opositor demitido foi o supramencionado Hipólito Xavier da Silva. Ele perdeu o posto de Promotor Público de Jaguariaíva (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1916, vol. 2, p. 809). Assim, o exercício de cargo comissionado era um indicador da consistência do vínculo do funcionário com os próceres do situacionismo paranaense.

Na verdade, não foram apenas chefes políticos do interior que perderam seus postos na administração pública. Ou seja, essas demissões não atingiram apenas personagens das elites locais. Elas também incidiram sobre indivíduos que, na época em que apoiaram os candidatos da CR, exerciam profissões como a de professor de escola pública, coletor de impostos e funcionário da Polícia (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1916, vol. 2, p. 809). Tais informações consistem em evidências de que o PRC teve alguma aceitação entre servidores públicos do interior. Desse modo, o partido governista não exerceu controle absoluto sobre as preferências eleitorais dos funcionários da administração estadual.

O surgimento do PRC no Paraná tornou-se viável porque Alencar Guimarães contou com o respaldo de indivíduos que possuíam um espaço na cena partidária de pequenos municípios. Uma parcela dos *coronéis* radicados em áreas distantes da capital do estado teve um papel relevante na organização das unidades locais do PRC. Os fazendeiros Hipólito Xavier da Silva e Manuel de Araújo Pimpão pertenceram a essa categoria de correligionários da nova agremiação (MACEDO e VARGAS, 1982) Eles se enquadravam no perfil dos *coronéis* que experimentaram o declínio de sua força política quando se afastaram do grupo político que apoiava os governadores (LEAL, 2012). Nesse contexto, os dirigentes do PRP não evitaram a perda de alguns de seus correligionários. Contudo, esses dirigentes puniram os desertores ao exonerá-los de seus empregos em órgãos públicos.

Convém sustentar a segunda constatação concernente ao Quadro 2. Tal constatação salienta que no PRC paranaense era pouco relevante a presença de membros históricos da oposição estadual. Dentre os candidatos apresentados pela agremiação no pleito para o Congresso do Paraná, havia apenas dois indivíduos que combatiam o PRP desde os anos 1890. A criação de um diretório do PRC no Paraná não modificou uma situação que vigorava desde os anos 1900. Tal situação era a baixa integração entre os expoentes do campo opositor. Ao tempo da criação do PRC, a oposição paranaense era marcada por três problemas.

O primeiro problema era a relação pouco estável entre os próceres dos partidos de oposição. A volubilidade dessa relação era um fator da breve duração das agremiações minoritárias. Conforme mencionado, tal problema culminou na dissolução do diretório paranaense do PRL. O segundo problema era o fraco desempenho eleitoral. Comumente, a derrota dos candidatos de um partido de oposição provocava o encerramento das atividades do partido. O PRF, por exemplo, foi dissolvido após não eleger Randolpho Serzedelo para o cargo de deputado federal, em 1909. O terceiro problema, por fim, era a tendência de uma parte dos opositores preferirem se mover na cena política sem se filiar a uma agremiação.

O surgimento de candidaturas avulsas em eleições para cargos do Poder Legislativo é um indicador de que os efêmeros partidos de oposição do Paraná, nos anos anteriores ao aparecimento do PRC, não tiveram êxito na tarefa de absorver a totalidade dos adversários do governismo. Na eleição parlamentar de 1909, por exemplo, Randolpho Serzedelo não foi o único candidato de oposição. O médico João de Menezes Dória (1857-1934) participou desse pleito na condição de

postulante independente.⁶ A presença de Dória na lista de candidatos do PRC a deputado estadual, em 1915, significou uma tentativa de aliança entre veteranos e novatos da oposição regional. Conforme evidenciado na última seção deste artigo, tal aliança foi transitória. A criação do PRC não promoveu uma alteração na natureza instável dos vínculos entre os oposicionistas paranaenses.

Cumprido, pois, fundamentar a terceira constatação acerca das informações do Quadro 2. Tal constatação reconhece que havia candidatos novatos incluídos na chapa confeccionada pelo PRC na eleição de deputado estadual do Paraná em 1915. Contudo, esses candidatos eram eleitoralmente fracos. O PRC inseriu em sua chapa indivíduos que não possuíam sólidos vínculos com as elites políticas da capital e do interior do estado. Por outro lado, o surgimento dessa agremiação não significou apenas uma oportunidade para situacionistas decaídos se reabilitarem na cena partidária. A fundação do PRC paranaense possibilitou que indivíduos desprovidos de antigos laços com a classe política comesçassem a participar de disputas eleitorais.

Nesse âmbito, atente-se aos casos de Luís Napoleão Lopes e de Vítor Grein. Em 1914, um ano antes do pleito para o Congresso do Paraná, Lopes residia na cidade do Rio de Janeiro. Na então capital federal, ele desempenhou o ofício de jornalista (*A República*, 30 set. 1914, p. 2). Portanto, no contexto de sua primeira candidatura, Lopes não possuía um longo envolvimento nos assuntos políticos e eleitorais do Paraná. De sua parte, Vítor Grein foi incluído na chapa do PRC para angariar votos em Entre Rios, no terceiro planalto. Todavia, ele se radicou nesse município faltando poucos meses para a eleição. Em maio de 1915, seis meses antes do pleito, ele ainda exercia a ocupação de professor de escola pública na cidade litorânea de Paranaguá (*A República*, 19 mai. 1915, p. 1). O PRC avalizou as candidaturas de indivíduos que, ao tempo da referida eleição, não possuíam uma consistente integração na vida social dos municípios em que tentaram obter apoios.

O desempenho do PRC paranaense nas eleições de 1915

No Paraná, o resultado das eleições de 1915 evidenciou o marcante desnível entre as forças da situação e da oposição. No pleito para os cargos de presidente, 1º e 2º vice-presidentes do Paraná, a chapa governista conquistou 18.872 votos (80,4%). A chapa do PRC angariou 4.592 sufrágios (19,6%) (*A República*, 15 nov. 1915, p. 1). A imprensa também divulgou a votação dos candidatos eleitos e não eleitos para o Congresso Legislativo do Estado. O estudo desse resultado demanda, preliminarmente, a atenção às informações contidas na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultado da eleição para as trinta vagas do Congresso Legislativo do Paraná (1915)

Nome do Partido	Total de candidatos apresentados	Total de candidatos eleitos	Total de votos dos candidatos (em números absolutos)	% de votos do partido
Partido Republicano Paranaense	20	20	263.614	57,9
Chapa da Associação Comercial do Paraná	10	10	99.233	21,8
Partido Republicano Conservador	20	0	92.808	20,3

Fonte: *A República*, Curitiba, 31 jan. 1916, p. 1.

As informações adicionadas nessa Tabela permitem a sustentação de duas constatações. Primeiro, verifica-se que o PRP não teve dificuldades para eleger todos os seus candidatos a deputado estadual. Era muito estável o predomínio do partido governista na cena política regional. A apresentação de chapas incompletas pelo PRP era a única forma de os oposicionistas

⁶ Nessa eleição, Randolpho Serzedelo obteve 8.666 votos. João de Menezes Dória angariou 552 sufrágios. O fato de o PRP ter lançado chapa completa impediu que um membro da oposição obtivesse uma das quatro vagas em disputa (*A República*, 2 mar. 1909, p. 1).

conseguirem um acesso eventual às esferas do Poder Legislativo. Os antagonistas da situação necessitavam de uma concessão dos seus adversários para obterem tal acesso. Essa situação não era exclusiva do jogo político paranaense. Ela também se verificou em estados como o Rio de Janeiro, bem como no Distrito Federal (FERREIRA, 1994; PINTO, 1998).

Nessa época, os partidos governistas se distinguiam em virtude da maior ou menor inclinação para cederem aos seus adversários um terço das vagas em eleições para cargos legislativos. Em relação aos governistas do Paraná, os situacionistas de Minas Gerais eram menos propensos a apresentar chapas incompletas e beneficiar os seus contendores (FIGUEIREDO, 2017).

A segunda constatação reconhece que o PRC teve um percentual de votos pouco inferior ao da ACP. Entretanto, é necessário destacar que o partido de Alencar Guimarães apresentou dez candidatos a mais do que a chapa da ACP. Nessa ocasião, todos os candidatos lançados por essa associação tiveram votações superiores àquelas alcançadas pelos postulantes do PRC. Individualmente, os candidatos da ACP conseguiram o dobro dos votos conquistados pelos postulantes do PRC. O candidato menos votado da chapa da ACP foi o tabelião Júlio José Cleto da Silva, que obteve 9.111 sufrágios. O postulante mais votado do PRC foi o citado Vítor Grein, o qual auferiu 4.690 votos (*A República*, 31 jan. 1916, p. 1). Assim, cumpre evidenciar que os candidatos chancelados por esse partido não tiveram a força eleitoral suficiente para elevar a agremiação à condição de principal grupo oposicionista do estado.

O PRC paranaense era eleitoralmente pouco competitivo. A criação de diretórios municipais e o lançamento de vinte candidaturas não asseguraram ao partido uma expressiva votação. Os esforços voltados à interiorização do partido não ocasionaram a formação de uma relevante base eleitoral. Por consequência, os postulantes do PRC paranaense obtiveram as últimas posições na eleição estadual de 1915. Em síntese, uma entidade de classe (a ACP) amealhou mais apoios do que uma agremiação liderada por indivíduos que estavam ativos na vida política desde os anos 1890. Quando migraram para a oposição, os correligionários de Alencar Guimarães experimentaram a rápida desarticulação de suas bases eleitorais. Os partidários do então senador se tornaram membros de uma agremiação minoritária, a qual não obteve adesões suficientes para liderar o campo oposicionista.

O fato de a ACP ter apresentado candidaturas no pleito de 1915 denota que o aparecimento do PRC na cena política do Paraná não modificou uma situação que vigorava desde os anos 1900. Tal situação era a falta de unidade entre os políticos que não pertenciam à ordem governista. O envolvimento de uma associação classista na cena eleitoral demonstra que, nos anos 1910, o projeto de instituir partidos de oposição no estado não era respaldado por uma parte dos oposicionistas históricos e por indivíduos recém-ingressos no campo da oposição. Para corroborar essas afirmações, cumpre demonstrar que a chapa da ACP contou com a presença de políticos veteranos e de personagens emergentes no jogo eleitoral. Atente-se, portanto, às informações do Quadro 3.

Quadro 3 – Perfil político e profissional dos candidatos a deputado estadual pela chapa da Associação Comercial do Paraná (1915)

Atuação profissional	Total	Região de residência	Total	Origem da atividade política	Total
Agropecuária	1	Primeiro planalto	5	Egresso do Partido Republicano Paranaense	3
Comerciante	5	Segundo planalto	2	Egresso de partidos de oposição	2
Jornalista	1	Terceiro planalto	1	Ocupante de cargos em comissão	1
Negociante ervateiro	2	Litoral	1	Ocupante de cargos eletivos no Poder Legislativo	3
Tabeleiro	1	Rio de Janeiro (RJ)	1	Ocupante de cargos eletivos no Poder Executivo	1

Fontes: *A Notícia* (PR); *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Comércio* (PR); *Diário do Paraná* (PR); *Gazeta Paranaense* (PR).

O estudo das informações expostas no Quadro 3 possibilita a fundamentação de duas afirmações. Primeiro, constata-se que a ACP selecionou candidatos nas quatro regiões do estado. O projeto eleitoral dessa entidade contou com a adesão de membros de diferentes grupos profissionais. O envolvimento de tal associação no jogo eleitoral foi circunscrito ao segundo semestre de 1915. Portanto, cabe salientar que ela recrutou correligionários com rapidez. Apesar do fato de atuar no campo oposicionista desde o princípio do citado ano, o grupo político de Alencar Guimarães não formou uma base de apoio mais consistente do que aquela constituída pela ACP. Nesse período, a peculiaridade da vida política paranaense residiu no fato de que uma entidade de classe abrigou os oposicionistas eleitoralmente mais fortes.

Neste artigo, foi mencionado que o grupo de oposicionistas liderado por Alencar Guimarães se originou na época em que o diretório paranaense do PRL começou a se dissolver. A extinção desse partido não foi acompanhada pela incorporação de seus antigos líderes ao rol de aliados daquele senador. Durante o primeiro semestre de 1915, uma parte dos egressos de tal agremiação foi absorvida pelo grupo governista (GLASSER, 1955). No segundo semestre, outra parcela desses egressos foi incluída na chapa da ACP. Os ex-integrantes do PRL, que tiveram o apoio de tal associação para disputar um mandato de deputado estadual, eram os negociantes Jaime Balão e Nicolau Mader (DIÁRIO DA TARDE, 6 nov. 1915, p. 1).

A chapa da ACP também era composta por chefes políticos de pequenos municípios. Os mentores do projeto eleitoral do PRC e da ACP entenderam que a concretização de suas ambições eleitorais demandaria o apoio de indivíduos que exercessem influência na cena política do interior do estado. A esse respeito, cumpre salientar que o fazendeiro Arlindo Martins Ribeiro, de Guarapuava, e o comerciante Hildebrando de Araújo, de Ipiranga, foram lançados candidatos a deputado estadual pela ACP (DIÁRIO DA TARDE, 6 nov. 1915, p. 1).

O PRC paranaense apresentou candidaturas em eleições estaduais somente no ano de 1915. Nos anos seguintes, a agremiação absteve-se de participar de novos pleitos para o Congresso do Paraná, bem como não se envolveu em eleições municipais. Na seção subsequente deste trabalho, cumpre investigar o processo de arrefecimento da atividade política do PRC paranaense. Nesse âmbito, trata-se de analisar os destinos políticos dos indivíduos que participaram do projeto de interiorização dos diretórios dessa grei.

O fim das atividades do PRC do Paraná e a dispersão de seus correligionários

Em 1917, o PRP apresentou chapa completa na eleição para o Congresso Legislativo do Estado. Os dirigentes da agremiação justificaram tal decisão sob o argumento de que, naquele momento, não havia qualquer grupo de oposição em atividade no Paraná (*A República*, 26 set. 1917, p. 1). De fato, nessa ocasião, o PRC paranaense não estava em funcionamento. Tal agremiação retomou sua participação no jogo eleitoral em janeiro de 1918, no contexto de uma disputa pelas quatro vagas da bancada do Paraná na Câmara dos Deputados. Assim, é plausível considerar que o diretório estadual do PRC funcionou à maneira de um comitê eleitoral, o qual se

dissolvia após o encerramento de uma campanha. Para o conhecimento dos fatores e desdobramentos da extinção desse diretório, cumpre fundamentar duas constatações.

Primeiro, cabe mencionar que a escolha de um candidato a deputado federal, em 1918, suscitou divergências entre os líderes locais do PRC. O citado João de Menezes Dória não conseguiu ser indicado para concorrer a esse cargo. Em respeito à orientação de Alencar Guimarães, o diretório estadual lançou apenas uma candidatura. O postulante escolhido foi Randolpho Serzedelo (DIÁRIO DA TARDE, 1 fev. 1918, p. 1). Em suma, às vésperas dessa eleição o PRC paranaense passava por uma crise interna.

Segundo, convém salientar que a história dessa agremiação foi marcada por duas características. Uma característica era a inclinação para não combater de modo permanente as candidaturas do partido majoritário. No Paraná, o PRC não atingiu um grau de organização interna suficiente para disputar sucessivas eleições para cargos executivos e legislativos.

A outra característica diz respeito ao fato de que, em seus três anos de existência, o PRC paranaense manteve-se como uma agremiação eleitoralmente fraca. Em 1918, a candidatura de Serzedelo não ameaçou a vitória de qualquer um dos quatro postulantes situacionistas.⁷ Após a campanha para deputado federal, o diretório estadual dessa grei se extinguiu. Cumpre, pois, analisar os destinos políticos dos fundadores e dos primeiros candidatos sustentados por esse partido no Paraná. Atente-se, inicialmente, às informações do Quadro 4.

Quadro 4 – Desfecho da atividade política dos candidatos apresentados pelo Partido Republicano Conservador na eleição para os cargos de presidente, 1º e 2º vice-presidente do Estado do Paraná (1915)

Nome	Cargo pleiteado	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Posição no quadro partidário paranaense	Total de nomeações para cargos públicos (1916-1930)	Total de mandatos no Poder Legislativo (1916-1930)	Total de mandatos no Poder Executivo (1916-1930)
Joaquim Pereira de Macedo	1º vice-presidente	Industrial	Curitiba	Primeiro planalto	Oposição	0	0	0
Osório Ribas Guimarães	2º vice-presidente	Eng. Civil	Curitiba	Primeiro planalto	Oposição	0	0	0

Fontes: *A República* (PR); *Correio do Paraná* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Comércio* (PR); *O Dia* (PR).

As informações expostas no Quadro 4 evidenciam que dois ex-candidatos do PRC a postos do Poder Executivo permaneceram como opositoristas após a extinção do diretório regional do partido.⁸ Entretanto, nos anos finais da Primeira República eles não desenvolveram uma ação política conjunta. Osório Guimarães foi o único membro da cúpula do PRC que permaneceu ligado a Alencar Guimarães após a dissolução da grei. Ambos participaram da criação do Partido Autonomista (PA), em 1919. Em tal ano, Osório Guimarães tentou, sem sucesso, conquistar uma vaga de deputado estadual (*A República*, 21 nov. 1919, p. 2). O PA foi extinto no limiar de 1921, após a derrota de Alencar Guimarães em uma eleição para a Câmara dos Deputados (*Gazeta de Notícias*, 2 mar. 1921, p. 3).

Em suma, houve lideranças do PRC do Paraná que experimentaram novas derrotas eleitorais ao enfrentarem os candidatos do PRP. Em um sentido amplo, a vida política paranaense do início dos anos 1920 continuou marcada pela curta duração e pela baixa competitividade eleitoral das agremiações opositoristas.

⁷ Randolpho Serzedelo obteve a quinta colocação no pleito. Ele angariou 3.575 votos (12,7%). O quarto colocado, o governista João David Pernetá, auferiu 6.015 sufrágios (21,4%) (*Anais da Câmara dos Deputados*, vol. 1, 1919, p. 85-86).

⁸ O outro candidato, Randolpho Serzedelo, faleceu no dia 20 de março de 1919. A sua morte ocorreu na época anterior à fundação de novos partidos opositoristas no Paraná (*A REPÚBLICA*, 21 mar. 1919, p. 2). Em suma, ao tempo de sua morte Serzedelo não estava envolvido em atividades político-partidárias.

De sua parte, Joaquim de Macedo permaneceu afastado da cena partidária por uma década. Ele ressurgiu nessa cena como membro da Aliança Liberal, uma agremiação nacional que sustentou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas em 1930. Macedo foi um dos coordenadores dessa campanha no Paraná (*Diário da Tarde*, 29 jan. 1930, p. 1). Em tal época, Alencar Guimarães já regressara ao situacionismo. Desse modo, nota-se que a extinção do PRC paranaense foi sucedida pela dispersão de seus antigos dirigentes. O ex-senador não manteve sob sua influência a totalidade dos indivíduos que, em meados dos anos 1910, colaboraram com a estruturação dessa grei.

Compete, pois, investigar os destinos dos membros da única chapa apresentada pelo PRC do Paraná na disputa para o Congresso do Estado. Tal investigação propicia a compreensão das formas de ação política de lideranças partidárias do interior nos anos finais da Primeira República. Ela permite, em síntese, evidenciar os últimos movimentos dessas lideranças na vida partidária. Nesse âmbito, cumpre analisar as informações presentes no Quadro 5.

Quadro 5 – Desfecho da atividade política dos candidatos apresentados pelo Partido Republicano Conservador na eleição para o cargo de deputado estadual do Paraná (1915)

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Posição no quadro partidário paranaense (1916-1930)	Total de nomeações para cargos públicos (1916-1930)	Total de mandatos no Poder Legislativo (1916-1930)	Total de mandatos no Poder Executivo (1916-1930)
Antônio Alves Pires	Agropecuarista	Imbituva	Segundo planalto	Sem filiação	0	0	0
Antônio Carlos Cavalcanti de Carvalho	Militar	Curitiba	Primeiro planalto	Sem filiação	0	0	0
Benjamin Américo de Freitas Pessoa	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	Oposição	0	0	0
Benjamin Ferreira Leite	Servidor público estadual	Curitiba	Primeiro planalto	Sem filiação	0	0	0
David Antônio da Silva Carneiro	Industrial	Curitiba	Primeiro planalto	Oposição	0	0	0
Emílio Ribeiro Gomes	Negociante	Ribeiro Claro	Terceiro planalto	Sem filiação	0	0	0
Hipólito Xavier da Silva	Agropecuarista	Jaguariaíva	Terceiro planalto	Situação	1	0	0
Ismael Alves Pereira Martins	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	Sem filiação	0	0	0
Jaime Domingues Teixeira	Advogado provisionado	Ponta Grossa	Segundo planalto	Situação	0	0	0
João de Menezes Dória	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	Oposição	0	0	0
Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior	Servidor público estadual	Curitiba	Primeiro planalto	Sem filiação	0	0	0
Jorge Hermano Meyer	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	Sem filiação	0	0	0
José Guilherme de Loyola	Médico	Paranaguá	Litoral	Sem filiação	0	0	0
José Niepce da Silva	Eng. Civil	Curitiba	Primeiro planalto	Oposição	0	0	0
Luís Napoleão Lopes	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	Oposição	0	0	0
Manuel de Alencar Guimarães	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	Situação/Oposição	4	0	0
Manuel Ignácio	Agropecuarista	Palmas	Terceiro planalto	Sem filiação	0	0	0

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Posição no quadro partidário paranaense (1916-1930)	Total de nomeações para cargos públicos (1916-1930)	Total de mandatos no Poder Legislativo (1916-1930)	Total de mandatos no Poder Executivo (1916-1930)
de Araújo Pimpão							
Octaviano de Macedo Ribas	Farmacêutico	Castro	Segundo planalto	Sem filiação	0	0	0
Roberto da Cunha e Silva	Médico	Guarapuava	Terceiro planalto	Situação	1	0	0
Victor Grein	Contabilista	Entre Rios	Terceiro planalto	Situação	1	1	1

Fontes: *A República* (PR); *Correio do Paraná* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Comércio* (PR); *O Dia* (PR).

As informações expostas no Quadro 5 possibilitam a fundamentação de três constatações. Primeiro, nota-se que a maior parte dos candidatos do PRC paranaense não permaneceu vinculada aos quadros partidários após a extinção da grei. Tal agremiação respaldou as candidaturas de indivíduos que não demoraram a se desligar do campo da oposição. Os correligionários recrutados pelo PRC em pequenos municípios do Paraná não permaneceram por longos anos envolvidos na tarefa de organizar localmente a ação eleitoral da oposição. Em última instância, os filiados a essa grei não cultivaram entre si uma sólida aliança política. Analogamente ao ocorrido com o PRF e o PRL, os próceres do PRC do Paraná vivenciaram a desmobilização de suas bases eleitorais após contínuas derrotas para os governistas. A história do diretório paranaense desse partido nacional foi caracterizada por épocas de inatividade, bem como pela dificuldade de conservar uma rede de apoiadores nas quatro regiões do estado.

Em sua maior parte, os novatos que se vincularam ao PRC paranaense não tiveram significativa projeção na cena política do estado. Alguns veteranos que participaram da criação dessa grei também experimentaram a redução de seu espaço em tal cena. Assim, personagens como Antônio Alves Pires e Manuel de Araújo Pimpão não retomaram o posto de líderes políticos dos seus municípios de origem. Para uma fração desses antigos líderes, o vínculo ao PRC representou uma tentativa frustrada de recuperar uma posição relevante na vida partidária de pequenas jurisdições.

Trata-se, pois, de fundamentar a segunda constatação referente às informações do Quadro 5. Tal constatação assevera que houve dois destinos peculiares aos egressos do PRC que permaneceram integrados ao campo da oposição. Um destino residiu em participar de novas tentativas de criação de partidos políticos. Analogamente ao ocorrido com o PRC, as agremiações minoritárias criadas no Paraná nos anos 1920 não tiveram longa duração. A esse respeito, convém destacar que, em 1923, Napoleão Lopes participou da fundação do Partido Republicano Liberal (*O Dia*, 2 nov. 1923, p. 1). Contudo, a grei se dissolveu no ano seguinte, após a derrota de Lopes em uma eleição para a Câmara dos Deputados (ANAI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, v. 1, 1924, p. 109).

O outro destino dos opositoristas consistiu em não se vincular às novas agremiações estaduais. A apresentação de candidaturas independentes era uma prática inerente à ação eleitoral dessa parcela de adversários dos governistas. José Niepce da Silva pertenceu a tal categoria de opositoristas. Em 1927, por exemplo, ele disputou uma vaga de deputado federal na condição de postulante avulso. Entretanto, não teve êxito no pleito. (*O Dia*, 25 mar. 1927, p. 1).

A fundação do Partido Democrático (PD), em 1926, representou uma tentativa de egressos do PRC de manter uma agremiação opositorista em atividade no Paraná. Porém, no ano seguinte tal partido foi extinto. Em 1927, após a derrota do empresário David Antônio Carneiro Júnior (1879-1928) na eleição de deputado federal, o PD se dissolveu (*O Dia*, 4 nov. 1927, p. 2). Além de Carneiro, Benjamin Pessoa foi outro egresso do PRC que participou da criação do PD (*O Dia*, 21 dez. 1926, p. 4). Para atestar a afirmação de que os egressos do PRC estavam politicamente

desarticulados nessa época, cumpre ressaltar que João de Menezes Dória não apoiou o projeto de fundar o PD e cogitou se lançar como candidato avulso no pleito de 1927 (*O Dia*, 1 fev. 1927, p. 1).

Desse modo, a aliança política mantida entre parte dos remanescentes do PRC não foi suficiente para originar um consistente projeto de recrutamento de correligionários, interiorização de diretórios e participação contínua em eleições. Nesse período, uma derrota eleitoral permanecia como um fator de desmobilização dos opositores paranaenses.

Cumprido, por fim, fundamentar a terceira constatação alusiva às informações do Quadro 5. Compete destacar que uma parcela dos candidatos apresentados pelo PRC paranaense em 1915 foi absorvida pelo grupo situacionista. Em boa medida, essa absorção não foi acompanhada pela conquista de novos cargos eletivos. Ou seja, a maior parte dos adesistas não teve a oportunidade de ser incluída em chapas de candidatos e de retomarem a sua atuação em esferas do Poder Legislativo. Houve dois destinos peculiares a essa categoria de remanescentes do PRC.

Um destino consistiu em atuar como apoiadores locais do partido dominante. Esse apoio não era acompanhado pelo exercício de cargos públicos. Desse modo, tais indivíduos eram os agentes responsáveis por manter o partido organizado e ativo em áreas do interior. Em suma, esses correligionários eram notabilidades locais. Nesse conjunto de governistas estava o citado Hipólito Xavier da Silva. Quando faleceu, em 1918, ele estava filiado ao PRP. Esse fazendeiro integrou o rol de eleitores situacionistas que habitavam a cidade de Jaguariaíva (*A República*, 15 nov. 1918, p. 2). Tal informação consiste em uma evidência de que, no contexto da dissolução do PRC, houve correligionários que não demoraram a retornar ao partido majoritário. Outro egresso desse partido que retornou ao situacionismo foi Jaime Domingues Teixeira. No início dos anos 1920, ele era um dos apoiadores do PRP no município de Ponta Grossa (*A República*, 9 set. 1921, p. 1).

O segundo destino dos adesistas consistiu em participar de esquemas de nomeações para cargos públicos. Os cargos que conquistaram não lhes tornaram ocupantes de posições centrais na administração pública. A esse respeito, atente-se ao caso de Manuel de Alencar Guimarães. Quando o Partido Autonomista se dissolveu, o ex-senador migrou para o grupo político que controlava o Governo Federal. Por consequência, obteve cargos por meio de nomeações da Presidência da República. A última função comissionada que ele exerceu ao tempo da Primeira República foi a de inspetor consular para a América do Sul e Sul da África (*O DIA*, 20 ago. 1927, p. 1). Portanto, o líder maior e alguns dos chefes locais do PRC paranaense foram cooptados pelos governistas. No tocante ao caso de Alencar Guimarães, tal cooptação não lhe propiciou o retorno às instituições políticas nas quais atuara durante as primeiras três décadas republicanas. Ao longo da década de 1920, o ex-senador permaneceu em uma posição periférica na ordem situacionista.

Nos anos finais da Primeira República, o único egresso do PRC que exerceu mandatos eletivos foi Victor Grein. Após malogrado no pleito de deputado estadual ocorrido em 1915, Grein se transferiu para o partido governista. O primeiro efeito dessa transferência consistiu na obtenção de um mandato de vereador em Entre Rios, no fim dos anos 1910 (*Almanak Laemmert*, 1917, p. 3321). Em 1919, ao tempo em que Manuel Alencar Guimarães continuava a liderar a oposição paranaense, Grein foi integrado ao núcleo dirigente do PRP de Entre Rios (*A República*, 29 abr. 1919, p. 1). No princípio dos anos 1920, por fim, ele desempenhou o posto de prefeito de tal município (*Almanak Laemmert*, 1922, p. 4576). A adesão ao situacionismo lhe permitiu atingir a condição de líder político de uma cidade do interior. Em resumo, tais informações consistem em evidências de que Alencar Guimarães não manteve por longo tempo o controle sobre os movimentos políticos de seus correligionários residentes no interior. As derrotas eleitorais promoveram a rápida desagregação desses correligionários.

Considerações finais

A investigação desenvolvida neste artigo consistiu em um estudo sobre o processo de formação e dissolução do diretório estadual de um partido nacional no contexto da Primeira

República. Por meio de um estudo de caso, a presente análise buscou evidenciar as formas de estruturação, ação eleitoral e desorganização de diretórios regionais das escassas agremiações nacionais que existiram em tal época. Compete ressaltar três resultados apresentados neste trabalho.

Primeiro, cumpre salientar que o diretório do PRC no Paraná foi criado em decorrência de uma cisão no grupo governista do estado. O diretório nacional dessa agremiação não exerceu qualquer interferência na instalação dessa nova unidade administrativa. O episódio da implantação do diretório do PRC paranaense é um indício de que houve casos em que as elites regionais tiveram autonomia para promover a interiorização do partido. Mais precisamente, essa interiorização poderia decorrer da tentativa de situacionistas decaídos de se manter ativos na cena partidária de um estado. Assim, dissidentes como Alencar Guimarães entendiam que a criação de um partido permitiria que os novos opositores preservassem um espaço na vida política regional. Havia ocasiões, portanto, em que a expansão de diretórios de um partido nacional derivava de conflitos internos às oligarquias estaduais.

Segundo, convém destacar que o PRC paranaense era eleitoralmente fraco. Os seus candidatos não ameaçaram o êxito eleitoral dos situacionistas. Essa grei não teve sucesso em unificar o campo da oposição. Os adversários do governismo que não pertenciam ao PRC se mostraram eleitoralmente mais fortes do que os postulantes ligados a essa agremiação. Em última análise, o PRC do Paraná teve uma história análoga à dos demais partidos de oposição criados no Paraná ao tempo da Primeira República. A dissolução da grei após frequentes derrotas eleitorais era um elemento inerente a essa história.

Terceiro, foi evidenciado que no período posterior ao fim do PRC paranaense os seus dirigentes e candidatos permaneceram em posição periférica no cenário partidário regional. Houve remanescentes desse partido que aderiram ao situacionismo. Essa adesão não lhes assegurou decisivas oportunidades na vida político-administrativa. Dessa maneira, o PRC do Paraná funcionou como um comitê eleitoral destinado a cancelar as pretensões eleitorais de indivíduos que experimentaram o declínio de suas carreiras políticas em meados dos anos 1910. Todavia, no mencionado estado, essa agremiação não formou um eleitorado cativo e logo se extinguiu.

Fontes

A Notícia (PR)

A República (PR)

Almanak Laemmert (RJ)

Anais da Câmara dos Deputados (RJ)

Correio do Paraná (PR)

Diário da Tarde (PR)

Diário do Comércio (PR)

Diário do Paraná (PR)

Gazeta de Notícias (RJ)

Gazeta Paranaense (PR)

Jornal do Brasil (RJ)

O Dia (PR)

Referências

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná: a classe política, a parentela no Governo (1853-1889)*. Curitiba, 2014. 495 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, 2014.

ARRUDA, Larissa Vacari. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2015.

BORGES, Vera Borgéa. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: Ed. IHGB, 2004.

CHARLE, Christophe. Prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006, p. 41-54.

DEVINCENZI, Diego Speggiorin. *A crista do Chantecler: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das mediações políticas brasileiras (1889-1915)*. Porto Alegre, 2018. 220 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba: CRV, 2017.

GLASSER, Roberto. *Discursos: Congresso Legislativo do Estado (1914-1915)*. Curitiba: Papelaria Requião, 1955.

GUIMARÃES, Manuel de Alencar. *Política do Paraná*. Curitiba: s/e, 1915.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia do Paraná (1889-1930)*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da Monarquia à Oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

MACEDO, José; VARGAS, Túlio. *O juiz integral*. Curitiba: SEEC/AMP, 1982.

MARTINY, Carina. *O chefe político dos mais avançados: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903)*. Porto Alegre, 2018. 382 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense*. Vol. 3. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

- PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política da Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *“A terceira estrela da federação”: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924*. Porto Alegre, 2019. 299 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.
- SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (1890-1907)*. Porto Alegre, 2018. 198 p. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Humanidades, 2018.
- SAMPAIO, Consuelo. *Os partidos políticos na Bahia da Primeira República: uma política da acomodação*. Salvador: Ed. UFBA, 1999.
- SOARES, Livia Freitas Pinto Silva; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Votos, partidos e eleições na Primeira República: a dinâmica política a partir das charges de *O Malho*. *Revista História*, n. 177, p. 1-31, 2018.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.
- VANALI, Ana Christina. *“Ao povo paranaense”: a vida do cidadão Manoel Corrêa de Freitas*. Curitiba, 2017. 790 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, 2017.
- WITTER, José Sebastião. *O Partido Republicano Federal*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. *A República oligárquica em Pernambuco: montagem e declínio do domínio político de Francisco de Assis da Rosa e Silva*. Recife, 2017. 198 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.
- ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. São Paulo, 2016. 323 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

Nota de autoria

Sandro Aramis Richter Gomes é graduado (2009), mestre (2012) e doutor (2017) em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realiza estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. E-mail: argomes8@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

GOMES, Sandro Aramis Richter. Agremiação nacional e conflitos oligárquicos: formação, atividade eleitoral e dissolução do diretório paranaense do Partido Republicano Conservador (1915-1918). *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 155-174, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 01/02/2021.

Modificações solicitadas em 09/04/2021.

Aprovado em 12/05/2021.